

## **Enquadramentos Twiplomáticos: o CSNU e a Retomada da Identidade Internacional Brasileira no Governo Lula III<sup>1</sup>**

Ivan Bomfim<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

Karine Moura Vieira<sup>3</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

### **RESUMO**

O artigo busca discutir como o perfil oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (@ItamaratyGovBr) na plataforma X atuou ao longo primeiro ano do Governo Lula III sob a concepção de retorno aos parâmetros tradicionais da política externa brasileira após afastamento durante a administração anterior (CASARÕES, FARIAS, 2021). A partir dos conceitos de twiplomacia (GILBOA, 2016) e enquadramentos midiáticos (ENTMAN, 1993; PORTO, 2004), enfoca-se a abordagem das relações entre Brasil e Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) pelo perfil do Itamaraty.

**PALAVRAS-CHAVE:** Twiplomacia; Política Externa do Governo Lula III; Conselho de Segurança das Nações Unidas; Itamaraty; Enquadramento.

### **CORPO DO TEXTO**

Durante o primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o perfil oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na plataforma X – ainda largamente referida pela denominação Twitter<sup>3</sup> – mostrou-se uma ferramenta de comunicação extremamente ativa. Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, o @ItamaratyGovBr publicou 1.401 *tweets*, trazendo, além de mensagens textuais, conteúdos imagéticos (877) e audiovisuais (21).

Embora os fluxos midiático-comunicacionais tenham importância histórica no que tange aos processos diplomáticos, como observam Archetti (XXX) e Valente (2005), a irrupção da plataformização no início do século XXI – metaforizada na ideia de Web 2.0, léxico que indica a passagem de uma internet livre para uma rede coordenada por grandes empresas, segundo van Dijck (2013) – suscita profundos impactos à atuação dos setores de política externa e relações exteriores. A integração às

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Relações Internacionais, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

<sup>2</sup>Jornalista. Doutor em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professor do Curso de Jornalismo da UEPG, email: [ivanbp@uepg.br](mailto:ivanbp@uepg.br).

<sup>3</sup>Jornalista. Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos, email: [karinemourav@gmail.com](mailto:karinemourav@gmail.com)

dimensões ciberespacial e cibercultural acaba por transformar estruturalmente o próprio campo das Relações Internacionais, de acordo com Westcott (2008). O autor aponta três motivos principais para este cenário:

Multiplica e amplifica o número de vozes e interesses envolvidos na elaboração de políticas internacionais, complicando a tomada de decisões internacionais e reduzindo o controle exclusivo dos Estados no processo; acelera e libera a disseminação de informações, precisas ou não, sobre qualquer assunto ou evento que possa impactar em suas consequências e tratamento; permite que os serviços diplomáticos tradicionais sejam prestados de forma mais rápida e econômica, tanto aos próprios cidadãos e governos, como aos de outros países (WESTCOTT, 2008, p. 2, tradução dos autores<sup>4</sup>).

Compreendendo a dimensão internacional pelo prisma do Construtivismo, o peso das dinâmicas que envolvem o âmbito da Comunicação se faz fortemente presente, vide a repercussão e persistência do já clássico conceito de *soft power* de Nye (2004). Jönsson e Hall (2003, n.p.) afirmam mesmo que “comunicação é para diplomacia o que o sangue é para o corpo humano”, entendendo que o não estabelecimento ou a cessação de contatos entre atores internacionais poderá derivar em inação e, como consequências ulteriores, divergência e enfrentamento. Neste sentido, relações entre representantes diplomáticos e empresas e profissionais de comunicação (em especial, jornalistas) dos países onde aqueles estão alocados são comuns, pois tais envolvimento possibilitam, de maneira mais flexível, a coleta de informações e compreensão de contextos específicos.

A nova realidade do ambiente internacional trazida pela digitalização e, em especial, pela reestruturação das interações a partir do desenvolvimento das redes e plataformas sociais resulta, conforme Zaiotti e Bjola (2021), em transformação das práticas diplomáticas. Ampliando a ideia de diplomacia pública, delinea-se o conceito de diplomacia digital (também referida por *e-diplomacy*), sob o qual se busca compreender as maneiras pelas quais as instituições e indivíduos parte de corpos diplomáticos participam dos processos de construção de imagem pública em

---

<sup>4</sup>No original: “It multiplies and amplifies the number of voices and interests involved in international policy-making, complicating international decision-making and reducing the exclusive control of states in the process; it accelerates and frees the dissemination of information, accurate or not, about any issue or event which can impact on its consequences and handling; it enables traditional diplomatic services to be delivered faster and more cost-effectively, both to ones’ own citizens and government, and to those of other countries”.

âmbito global por meio da promoção de valores relacionados aos objetivos definidos pela administração estatal como sendo interesse nacional.

O espectro da diplomacia digital abrange, de forma representativa, a conformação da chamada twiplomacia, sustenta Gilboa (2016), conceituação que pode ser entendida como o engendramento entre uma das mais populares plataformas sociais (Twitter/X) e os processos diplomáticos. A rede proporciona interações no âmbito da esfera pública digital, com pouca distinção entre agentes nacionais e internacionais, dilatando o alcance de mensagens e conteúdos publicados e, por vezes, impactando de maneira quase instantânea os relacionamentos entre entes estatais. Indivíduos e instituições de relações exteriores expõem-se de forma antes nunca vista, transformando concepções históricas de discrição da área, que sempre buscou estar longe do escrutínio público. Ao mesmo tempo, passa a ser exigido o aperfeiçoamento das capacidades comunicativas dos próprios membros da diplomacia, além de compreensão e atenção às dinâmicas de processamento e arquivamento de dados e informações (GILBOA, 2016).

Entender as lógicas da twiplomacia levadas a cabo pelo Itamaraty demanda compreensão histórica da identidade internacional do Brasil. A política externa brasileira (doravante, PEB) foi moldada, ao longo de décadas, pela atenção a paradigmas que guiaram formas de integração do país às dinâmicas globais. Estes são denominados por Cervo (2008) como acumulado histórico da PEB, envolvendo: (a) autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias; (b) legalismo; (c) multilateralismo normativo; (d) ação externa cooperativa e não conflituosa; (e) parcerias estratégicas; (f) realismo e pragmatismo; (g) cordialidade oficial no tratamento dos vizinhos; (h) o desenvolvimento como força motriz; (i) independência no envolvimento internacional. Destaque-se, também, a concepção de desenvolvimento como força-motriz que anima os movimentos de inserção internacional, de acordo com Almeida (2006).

Apesar da constância histórica, o período da presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por uma expressiva transformação dos objetivos e ações no plano internacional. Com a chancelaria ocupada por Ernesto Araújo entre 2019 e 2021, a PEB tentou ativamente se distanciar dos elementos que sustentam sua concepção identitária - movimento perceptível inclusive pela atuação twiplomática do

Itamaraty no período (BOMFIM, LUCENA, no prelo). Para Casarões e Farias (2021), Bolsonaro buscou implementar uma metamorfose do panorama das relações exteriores, delineando uma autoimagem do país amparada em três bases: antiglobalismo, anticomunismo e nacionalismo religioso. Neste encadeamento, o Brasil, contumaz defensor da ordem internacional liberal, tornou-se um dos países mais críticos em relação à institucionalização.

Ao assumir o terceiro mandato em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva busca recuperar a importância que a PEB teve em seus dois governos anteriores entre 2003 e 2010 – numa atuação que o então chanceler Celso Amorim definiu como “altiva e ativa”, visto que procurou efetivar formas de inserção baseadas no diálogo não subserviente às potências mundiais.

De acordo com Milani e Ives (2023), Lula sustentou, por meio de discursos, que “o mundo sente falta do Brasil”, especialmente pela referida postura de rechaçar imposições do centro global e pelas possibilidades de concertação internacional visando o desenvolvimento econômico. Os autores também trazem que o mandatário expõe como principais metas no plano global:

- 1) Recuperar a liderança na construção de padrões ambientais e climáticos internacionais;
- 2) Desenvolvimento de institucionalidade internacional na comunicação virtual, como forma de lutar contra a extrema-direita internacional.

Lula também indicou que o objetivo de reeditar ações como cooperação econômica com países africanos, integração regional, recuperação da confiança de investidores estrangeiros, associações com EUA e União Europeia em condições mais justas, luta contra a fome em escala mundial e pressão por reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) (MILANI, IVES, 2023, s/p).

Desta feita, esta pesquisa busca analisar os enquadramentos construídos pelo perfil oficial do MRE no Twitter (@ItamaratygovBr) sobre as relações entre Brasil e CSNU. Para tanto, dos 1.401 tweets publicados pelo órgão ao longo de 2023, foram mapeadas 42 mensagens que se relacionam à temática. Mobiliza-se o conceito de enquadramento a partir de Entman (1993) e Porto (2004), para a compreensão dos quadros interpretativos mobilizados pelo Itamaraty.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. **Relações Internacionais e política externa brasileira**: história e sociologia da diplomacia brasileira. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.
- ARCHETTI, C. Media Impact on Diplomatic Practice. In: NEUMANN, I.; LEIRA, H. (eds). **International Diplomacy**. London: SAGE, 2013.
- BOMFIM, I.; LUCENA, L. Twitplomacia do Itamaraty: a política externa Bolsonaro/Araújo por meio do perfil @ItamaratyGovBr. **Jornalismo e Mídias Digitais**: a multiplicidade de fenômenos em análise. No prelo.
- CASARÕES, G.; FARIAS, D. Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro: Far-Right Populism and the Rejection of the Liberal International Order. **Cambridge Review of International Affairs** 35 (4): 1–21, 2021.
- CERVO, A. **Inserção Internacional do Brasil**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ENTMAN, R. M. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. In: **Journal of Communication**, 1993.
- GILBOA, E.. Digital diplomacy. In: CONSTANTINOU, Costas; SHARP, Paul; KERR, Pauline (org.). **The SAGE Handbook of Diplomacy**. London: SAGE, 2016.
- JÖNSSON, C.; HALL, M.. Communication: An essential aspect of diplomacy. **International Studies Perspectives**, v. 4, n. 2, p. 195-210, 2003.
- MILANI, C.; IVES, D.. A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacio-nal. **CEBRI-Revista**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 127-146, 2023.
- NYE, J.. **Soft Power**. New York: Public Affairs, 2004.
- PORTO, M.. Enquadramentos da mídia e política. **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.
- VALENTE, L.. **Política externa na era da informação**: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de estado nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- WESTCOTT, N. Digital Diplomacy: The Impact of the Internet on International Relations. **OII Working Paper** n. 16, (July 1), 2008.
- ZAIOTTI, R.; BJOLA, C. (org). **Digital diplomacy and international organisations**: autonomy, legitimacy and contestation. Routledge, 2021